

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.184 - MG (2019/0103639-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MICHAEL MIRANDA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL EM *HABEAS CORPUS*. FURTO. ANTERIOR COMETIMENTO DE CRIMES. TESTEMUNHA AMEAÇADA DE MORTE. NECESSIDADE DE RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA E ASSEGURAR A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CONFIGURAÇÃO DA CAUTELARIDADE NECESSÁRIA PARA A DECRETAÇÃO DA CUSTÓDIA. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. QUESTÃO MERITÓRIA NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL A *QUO*. IMPOSSIBILIDADE DESTA CORTE INCORRER EM SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MATÉRIA QUE VERSA, TODAVIA, UNICAMENTE SOBRE QUESTÃO DE DIREITO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO. CONCEDIDA ORDEM DE *HABEAS CORPUS EX OFFICIO*.

1. A decretação ou a manutenção da prisão preventiva depende da configuração categórica de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

2. O anterior cometimento de crimes constitui circunstância objetiva indicadora de que o agente, em liberdade, poderá incorrer em nova reiteração – conjuntura que legitima a prisão processual, notadamente para assegurar a ordem pública.

3. A ameaça de matar testemunha também configura motivação idônea para a custódia processual, tanto para acautelar a ordem pública quanto para preservar a instrução processual.

4. Conjuntura extraordinária objetivamente demonstrada. Suporte empírico para a constrição configurado.

5. É vedada a apreciação do pedido recursal, pelo Superior Tribunal de Justiça, na parte em que se invoca a incidência do princípio da insignificância, sob pena de indevida supressão de instância.

6. Todavia, o óbice apontado pela Corte de origem ao manejo do remédio heroico é inidôneo, pois o reconhecimento da configuração de crime de bagatela prescinde do exame aprofundado de provas, notadamente por se tratar de controvérsia por diversas vezes examinada pelo STF e por esta Corte.

7. Recurso ordinário em *habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. No mais, concedida ordem de *habeas*

corpus ex officio para determinar ao Tribunal de origem que, *incontinenti*, aprecie, como julgar de direito, a alegação de que, na hipótese, incide o princípio da insignificância, afastado o entendimento de que tal análise demandaria profundo reexame do contexto fático-probatório.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do recurso ordinário e, nesta parte, negar-lhe provimento, concedendo, contudo, a ordem de ofício, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 04 de junho de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora